

Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 18 – 10 de março de 2008



Vejam neste Número

A Farra dos Especuladores e o Prejuízo Recorde do Banco Central

Em 2007, os investidores e bancos fizeram uma verdadeira farra, às custas do prejuízo recorde do Banco Central e da sangria dos recursos públicos para o pagamento da dívida (pág 4).

Dívida Externa em 2007: escândalos em série

Governo recompra seus próprios títulos da dívida externa pagando ágio, ao mesmo tempo em que emite títulos indexados ao Real, e com Cláusulas de Ação Coletiva, em claro privilégio aos investidores (pág 6)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 8147-1196

auditoriacidada@terra.com.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil

Contato: (11) 3112-1524

jubileubrasil@terra.com.br

www.jubileubrasil.org.br

Números da Dívida em 2007

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Fim da CPMF: Governo prefere cortar gastos sociais ao invés de cortar os gastos com a dívida

Enquanto os especuladores não perderão um centavo em 2008, governo corta gastos sociais e cancela contratações e reajustes de servidores (pág 8).

Avança a Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana

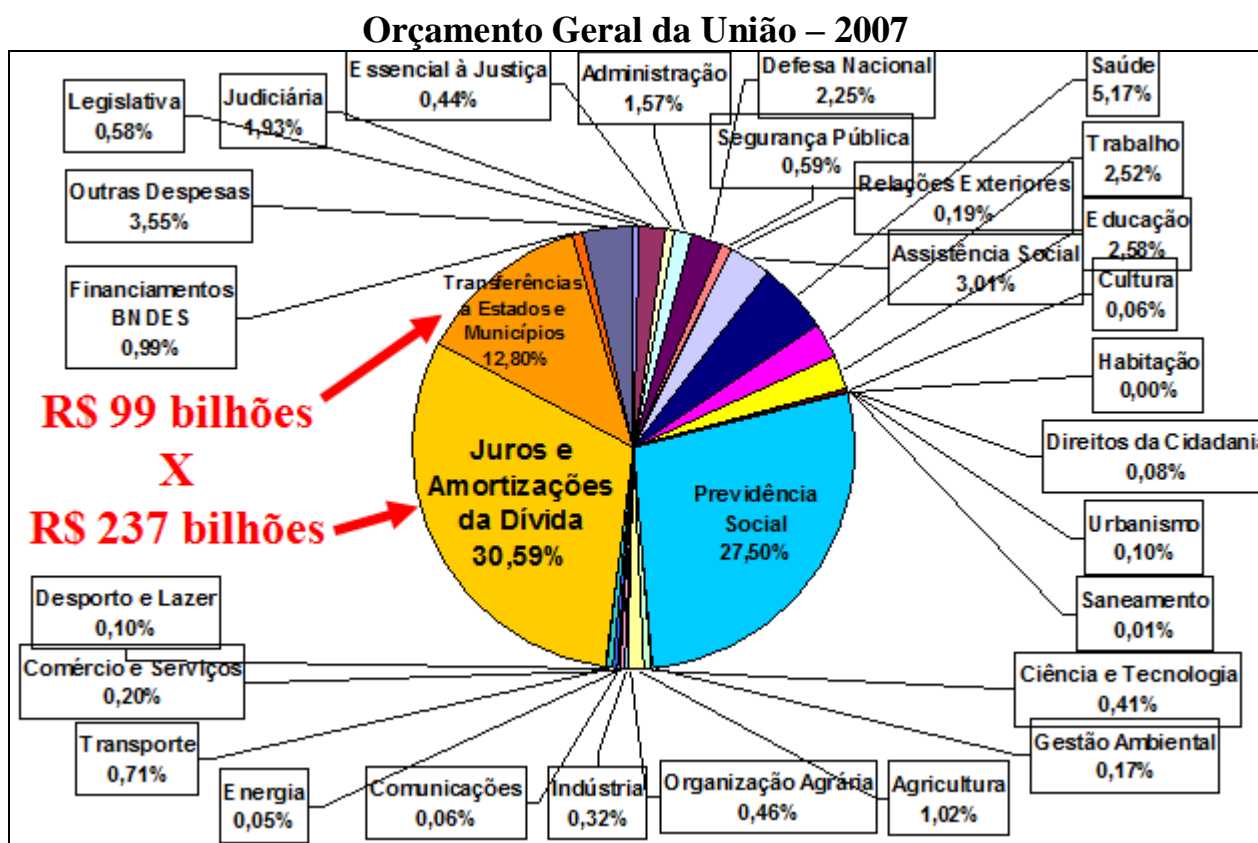
A Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), criada em julho de 2007, avança nos trabalhos de identificação das ilegalidades da dívida equatoriana (pág 10).

Números da Dívida em 2007

Vejam quanto o país pagou de juros em 2007, quanto as dívidas interna e externa cresceram, e quanto foi destinado às áreas sociais.

Em 2007, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário - isto é, a economia de recursos para o pagamento das dívidas externa e interna, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos - equivalente a R\$ 101 bilhões ou 3,98% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante 2007). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar os juros dessas dívidas, que atingiram 6,25% do PIB no período. Isto significa que, de cada R\$ 100 de toda a riqueza produzida pelo país em 2007, R\$ 6,25 foram destinados para os juros das dívidas externa e interna.

Analisando-se a execução do orçamento federal de 2007, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 775 bilhões) apresentada no gráfico abaixo. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, excluído o refinanciamento) consumiram nada menos que 30,59% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde (5,17%), educação (2,58%) e assistência social (3,01%). Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,46% dos gastos), Transporte (0,71%), Ciência e Tecnologia (0,41%), Habitação (0,00%) e Saneamento (0,01%).



Fonte: Orçamento Geral da União – Sistema Access da Câmara dos Deputados. Não inclui o refinanciamento da dívida.

Nota: Os outros encargos especiais são formados, preponderantemente, pelas transferências a Estados e Municípios.

Nota: Os gastos com servidores ativos se distribuem pelas áreas sociais nas quais eles atuam. Os servidores inativos e pensionistas estão alocados na “Previdência Social”.

O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no gráfico. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 53,21% do total! As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente obriga o Tesouro a rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer

sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos. Por esta razão, a dívida é retirada da pauta de discussão do governo e da grande mídia, e é apresentada como “uma questão resolvida”.

Com relação às contas externas, as exportações brasileiras continuam se prestando a pagar as remessas de juros da dívida externa e de lucros das multinacionais. De janeiro a dezembro, a Balança Comercial apresentou superávit de US\$ 40 bilhões, enquanto foram pagos US\$ 7 bilhões de juros da dívida externa, R\$ 21,2 bilhões de lucros das multinacionais e US\$ 12 bilhões de serviços contratados do exterior. Portanto, foram enviados ao exterior US\$ 40 bilhões, exatamente o que o país obteve com a balança comercial. Importante ressaltar que boa parte das exportações brasileiras vêm da sobre-exploração dos nossos recursos naturais, como a terra, água e energia, a exemplo das monoculturas de cana, soja e eucalipto, ou dos nossos minérios. E estas riquezas nos são saqueadas, para que possamos pagar a dívida externa e os demais compromissos com o exterior.

Em 2007, a dívida externa cresceu US\$ 44 bilhões, atingindo US\$ 244 bilhões ao final do ano, principalmente como consequência do crescimento dos “empréstimos intercompanhias” (empréstimos das multinacionais à suas filiais no Brasil) e dos financiamentos de curto prazo do setor privado. Tais financiamentos são utilizados, em boa parte, para a compra de títulos da dívida interna, em operações que geram lucros enormes para as instituições financeiras e empresas.

A Farra dos Especuladores e o Prejuízo Recorde do Banco Central

Em 2007, os investidores e bancos fizeram uma verdadeira farra, às custas do prejuízo recorde do Banco Central e da sangria dos recursos públicos para o pagamento da dívida.

Nos últimos anos, o Brasil tem aumentado suas receitas de exportação, principalmente em razão da alta do preço das *commodities*, como a soja, os minérios e o aço. Porém, como se vê no Gráfico a seguir, mais recentemente a entrada de dólares no país tem se dado mais intensamente nos investimentos estrangeiros em títulos de Renda Fixa (principalmente da Dívida Interna brasileira) e empréstimos externos, contraídos principalmente por bancos e empresas privadas, também utilizados na compra de títulos da dívida interna. A trajetória da curva relativa aos “Empréstimos Externos” mostra um salto gigantesco nos últimos 2 anos, ressaltando-se que não foram computados todos os dados do ano 2007, uma vez que encontram-se disponibilizados somente os dados dos 9 primeiros meses do ano.

Não há limite algum para estas operações, e o Banco Central fornece títulos da dívida interna de acordo com o fluxo de dólares ao país. Quando auferem seus lucros e juros em reais, os investidores podem trocá-los por maior quantidade de dólares – uma vez que a moeda brasileira se valorizou – e assim cumprir seus compromissos com o exterior, tendo um lucro extra.

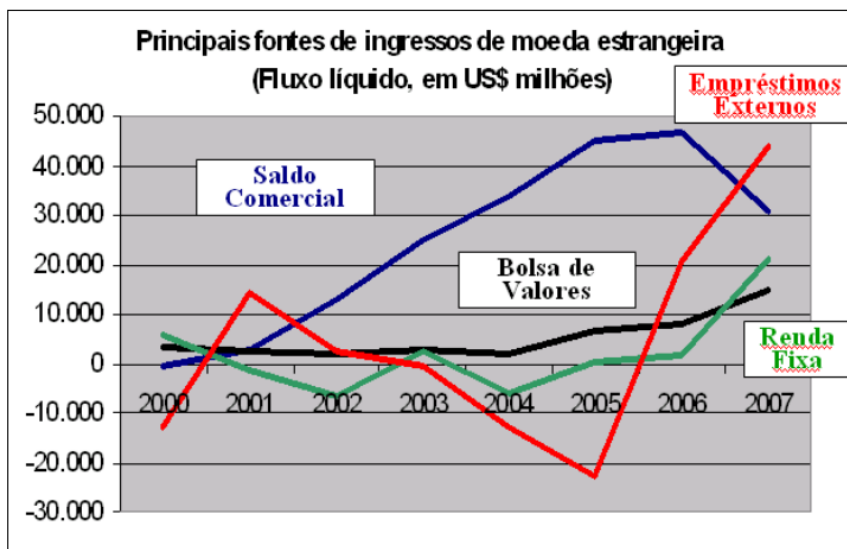
Em 2007, o Real se valorizou 20% frente ao dólar. Portanto, o investidor estrangeiro que no início de 2007 trouxe dólares para aplicar na dívida interna brasileira ganhou, durante o ano, 13% em média de juros, e mais 20% quando converteu seus ganhos em dólar. Portanto, em 2007, os estrangeiros ganharam uma taxa real de juros de mais de 30% ao ano!

O mais grave é que o próprio governo tem induzido essa entrada de dólares no país, que significa enorme dano para as contas públicas e uma verdadeira farra para os especuladores, por meio das seguintes medidas:

- manutenção das maiores taxas de juros reais do mundo (incidentes sobre os títulos da dívida interna);
- manutenção de uma política de total priorização ao pagamento da dívida, e

- significativas

isenções fiscais: em 2002, as movimentações em Bolsa de Valores foram isentas de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Posteriormente, em 2006 os estrangeiros foram isentos de Imposto de Renda sobre aplicações em títulos da dívida interna.



Fonte: Banco Central. Observação: 2007: somente até setembro

Esse processo é resultado de um grande ataque especulativo pelo qual passa o país, no qual os investidores estrangeiros trazem seus dólares para investir na Bolsa e em títulos da dívida interna, e assim forçam a desvalorização do dólar frente à moeda brasileira (o Real). Os bancos e empresas nacionais também se aproveitam disso, tomando empréstimos no exterior para emprestar ao governo brasileiro, por meio da compra de títulos da dívida interna.

ACÚMULO DE RESERVAS INTERNACIONAIS: PARA QUÊ?

Como resultado, o país tem acumulado reservas internacionais, que alcançaram a cifra de US\$ 178 bilhões em dezembro de 2007, conforme vemos no Gráfico a seguir. Em apenas um ano, o país contabilizou volume de reservas superior a tudo o que havia acumulado historicamente.



Fonte: Banco Central

Tamanho quantidade de reservas internacionais é obtida às custas do aumento da dívida interna. Isto porque, para comprar dólares e acumular reservas, o Banco Central deve emitir títulos da dívida interna.

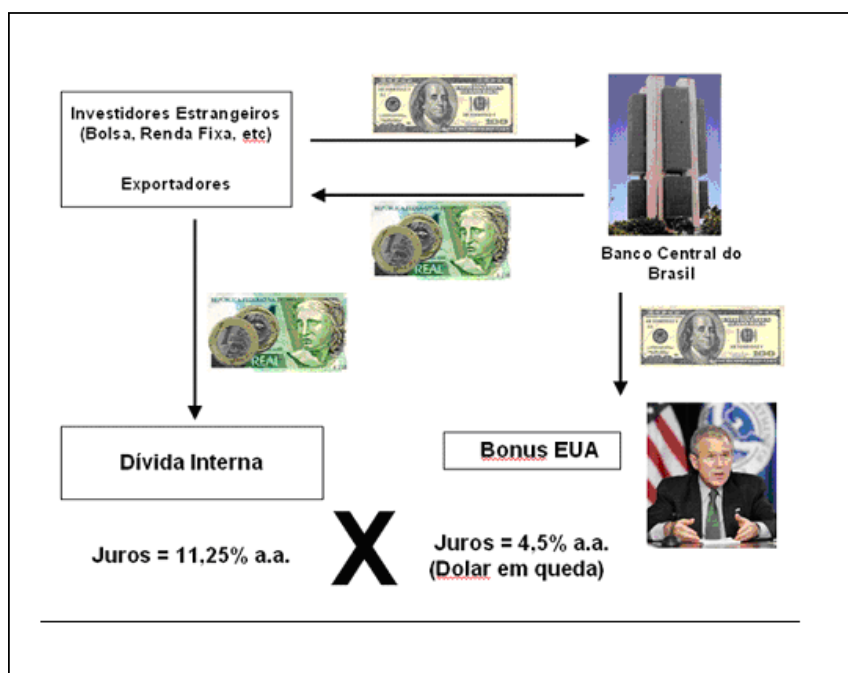
Parte destas reservas está sendo utilizada na compra de títulos do Tesouro Norte Americano, que remuneram a uma taxa de apenas 4% ao ano (taxas estas que se tornam negativas para nós quando consideramos a desvalorização do dólar diante do real). Enquanto isso, a média de juros que pagamos sobre os títulos da dívida interna brasileira é de 13% ao ano. Ou seja: o Banco Central/Tesouro Nacional tem feito uma péssima administração dos recursos públicos, tomando emprestado a juros altíssimos para aplicar em títulos dos EUA, que rendem juros negativos!

Isto é agravado pelo fato de que o governo continua a emitir novos títulos da dívida externa, a despeito de possuímos reservas recordes.

FARRA DOS ESPECULADORES = PREJUÍZO PARA O BANCO CENTRAL

Na figura abaixo, temos um resumo de como se opera este esquema, que continua sugando as riquezas nacionais em favor das elites brasileiras e estrangeiras. Os investidores estrangeiros e exportadores trazem os dólares ao país, que são trocados por títulos da dívida interna pelo Banco Central (BC), que assim se torna devedor, tendo de pagar juros altíssimos. Por outro lado, o BC termina ficando com o mico, ou seja, o dólar, que está se desvalorizando. O BC também aplica os dólares (recebidos dos investidores e exportadores) em títulos do Tesouro Americano (que ajudam Bush a financiar seu déficit e suas políticas, como a invasão do Iraque), que rendem menos da metade dos juros pagos pelo governo brasileiro pelos títulos da dívida interna. Além do mais, como o dólar apresenta forte desvalorização, os juros pagos pelo Tesouro Americano são, em realidade, negativos para nós.

O resultado disto tudo é um imenso prejuízo para o Banco Central, que chegou a R\$ 58,5 bilhões apenas de janeiro a outubro de 2007. Este prejuízo é bancado pelo Tesouro Nacional, e corresponde ao dobro de todos os gastos federais com saúde no mesmo período.



Dívida Externa em 2007: escândalos em série

Governo recompra seus próprios títulos da dívida externa pagando ágio, ao mesmo tempo em que emite títulos indexados ao Real, e com Cláusulas de Ação Coletiva, em claro privilégio aos investidores.

Conforme vimos no artigo anterior, o país tem acumulado grande quantidade de reservas cambiais. Aproveitando-se disso, o governo brasileiro tem pago antecipadamente parcelas da dívida externa, recomprando seus próprios títulos com ágio, em operações danosas aos interesses nacionais. Estas operações são praticadas para sinalizar ao mercado financeiro que seguimos dispostos a nos render aos seus ditames, para que o “Risco-país”¹ seja reduzido.

Nas recentes operações de pagamento antecipado da dívida externa, o governo tem recorrido à recompra de títulos no mercado secundário, ou seja, o mercado no qual os detentores de títulos da dívida podem revender seus papéis para outros investidores. Isto ocorre pois, em alguns casos, o próprio governo se auto-impediu de exercer o direito formal de recomprar seus próprios títulos por seu valor de emissão (isto é, o chamado “valor de face”). Por isso, tem de recorrer ao mercado secundário, como se fosse qualquer investidor privado.

Como a cotação dos títulos no mercado secundário se encontra acima do valor de face – devido ao aumento brutal da procura nacional e internacional pelos títulos da dívida externa brasileira, que remuneram a taxas de juros altíssimas – o governo tem recomprado estes títulos por um preço superior ao que recebeu por ocasião da venda desses mesmos papéis! Ou seja, além de pagar os juros mais elevados do mundo durante vários períodos, em determinado momento o governo recompra seus papéis com ágio. Dessa forma, os títulos da dívida brasileira não estão servindo como um mecanismo de financiamento para o país, mas sim como um

mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado, o que é um verdadeiro escândalo, dado o custo que representa para o povo brasileiro.

Todos os títulos que foram pagos antecipadamente de janeiro a outubro de 2007 valiam US\$ 4,814 bilhões. Isto é: a dívida ficou US\$ 4,814 bilhões menor. Porém, para conseguir esta redução na dívida, o governo pagou nada menos que US\$ 6,280 bilhões por estes mesmos títulos, ou seja, 30% a mais!² Segundo o próprio governo, este adicional se deve ao pagamento de juros pendentes e ao ágio, ou seja, o aumento no preço do título.

E como o governo obtém as reservas cambiais necessárias para este pagamento antecipado da dívida externa? Emitindo títulos da dívida interna. Ou seja: o que está ocorrendo é uma troca de dívida externa por dívida interna. Isto é altamente danoso ao país, uma vez que os credores da dívida “interna” também podem ser estrangeiros, o que aumenta nossa vulnerabilidade externa. Também é danosa devido ao fato de a dívida interna pagar os maiores juros do mundo e possuir prazos curtíssimos.

Cláusulas de Ação Coletiva

Isto é agravado pelo fato de que o governo continua a emitir novos títulos da dívida externa (a despeito de possuímos reservas recordes) e pior: todos os títulos emitidos a partir de março de 2003 contém a “Cláusula de Ação Coletiva” – CAC³, imposta pelo FMI. Atualmente, os títulos emitidos com CAC já representam nada menos que 65% da dívida externa pública em bônus.

¹ O “risco-país” representa o adicional de juros que pagamos aos emprestadores, acima dos juros pagos pelos títulos emitidos pelo governo dos EUA. Segundo os credores, este adicional de juros é pago para compensar o risco de, algum dia, não pagarmos a dívida. Porém, sempre pagamos religiosamente esta dívida. Então, este adicional de juros é ilegítimo, e deve ser devolvido ao Brasil. Além do mais, este “Risco” representa uma eterna chantagem dos emprestadores sobre o Brasil, levando o governo a evitar qualquer política que prejudique os investidores, na tentativa de evitar que o “Risco” (e, portanto, os juros) suba.

² Dado constante da Tabela 1.7 da página http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/divida_publicaTabelas_download_nov07.zip

³ Conforme pode ser visto na planilha publicada pelo Tesouro Nacional no endereço http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls.

A Cláusula CAC não foi objeto de aprovação pelo Congresso Nacional e nem de qualquer discussão ou sequer divulgação perante a sociedade brasileira, apesar de sua enorme relevância, na medida em que tal Cláusula significa abrir mão da soberania nacional ao eleger foro estrangeiro para dirimir quaisquer conflitos relacionados aos títulos da dívida externa brasileira. Além disso, essa cláusula garante a uma maioria de credores o direito de decidir sobre as regras de uma futura renegociação. Desta forma, o FMI “lava as mãos” diante das crises das dívidas dos países do Terceiro Mundo - crises estas provocadas pela própria política do Fundo – uma vez que a CAC significa entregar aos próprios credores privados o poder para definir como a dívida será paga.

Ainda mais absurda que a própria CAC foi a resposta do Ministério da Fazenda a requerimento de informações nº 140/2006, da senadora Heloísa Helena (P-SOL/AL), que solicitava o conteúdo das CAC: *“Relativamente ao conteúdo das cláusulas vigentes sobre os bônus, as informações serão complementadas posteriormente, tão logo concluído o processo de tradução dos contratos”*. Ou seja: além de não revelar o conteúdo das cláusulas, ainda denunciou que os contratos foram assinados em língua estrangeira. Reiterado o requerimento, mais uma vez o governo encaminhou informações incompletas, que não incluíam o conteúdo das CACs.

Interessante notar que enquanto as autoridades norte-americanas tinham pleno conhecimento do inteiro teor da Cláusula CAC e elogiavam, em entrevistas públicas, o governo

brasileiro por adotá-la, aos senadores brasileiros, que possuem a competência constitucional de acompanhar as operações de endividamento externo, era negada informação sobre o conteúdo da referida cláusula.

Emissão de títulos da dívida externa indexados ao Real

A partir do final de 2006, a maior parte das emissões de títulos da dívida externa são indexados ao Real, onerando o país e beneficiando os investidores, uma vez que o dólar está se desvalorizando. Indexando a dívida externa à moeda brasileira, o governo tem de pagar mais juros e amortizações aos investidores.

Além do mais, as taxas de juros pagas por estes títulos também são altíssimas, acima de 10% ao ano, o que é um verdadeiro escândalo! Isto significa que os emprestadores, quando receberem seus juros e amortizações de volta, receberão taxas de juros de mais de 10%, acrescidas da valorização do Real, que em 2007 chegou a 20%. Portanto, os investidores estrangeiros estarão ganhando, na realidade, taxas de juros de mais de 30% ao ano, às nossas custas!

**DIANTE DESTES GRAVES FATOS,
TEMOS DE EXIGIR: AUDITORIA JÁ!**

Fim da CPMF: Governo prefere cortar gastos sociais ao invés de cortar os gastos com a dívida

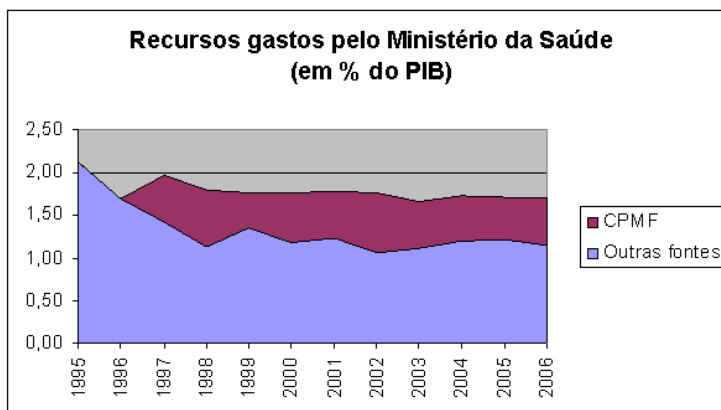
Enquanto os especuladores não perderão um centavo em 2008, governo corta gastos sociais e cancela contratações e reajustes de servidores.

Dia 12 de dezembro de 2007 o governo sofreu uma derrota histórica no Senado, com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Instituída por Emenda Constitucional em 1996, durante o governo FHC, sob a justificativa de financiar a saúde pública, esta contribuição foi, na verdade, uma contribuição para o ajuste fiscal e para o cumprimento das metas de superávit primário, ou seja, a reserva de recursos para o pagamento da dívida pública aos grandes banqueiros e especuladores. O quadro ao lado mostra que com o surgimento da CPMF, grande parte das demais receitas que vinham sendo destinadas à Saúde deixaram de financiá-la. **Apesar da CPMF, o gasto com saúde caiu de 2,12% do PIB em 1995 para 1,72% do PIB em 2006.**

Além da utilização dos recursos que antes financiavam a Saúde para o cumprimento do superávit primário, a significativa parcela de **20%** dos recursos da CPMF, e de muitos outros impostos e contribuições, podem ser **desviados pelo governo por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU** - perverso mecanismo que infelizmente foi mantido pelo Senado nesta mesma votação do dia 12) para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

A arrecadação da CPMF, no período de janeiro a outubro de 2007, foi de **R\$ 29,6 bilhões**. No mesmo período, o prejuízo do Banco Central, decorrente da desastrosa política econômica que privilegia os juros da dívida, foi de **R\$ 58,5 bilhões**, ou seja, o dobro da arrecadação da CPMF, tributo que se mostrou extremamente injusto, repassado ao preço dos produtos e pago pelos consumidores finais, especialmente os mais pobres, que gastam quase toda sua renda em consumo. Por outro lado, os mais ricos são isentos desta contribuição quando

fazem suas aplicações financeiras em Bolsas de Valores.



Fonte: SIAFI / STN (Banco de Dados em Access).

Disponível na página <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil>.

Obs: O PIB foi obtido junto ao Banco Central, e já incorpora a revisão do PIB ocorrida em 2007.

Para 2008, estão previstos R\$ 248 bilhões para o pagamento dos juros e amortizações da dívida federal, enquanto apenas serão destinados R\$ 48 bilhões para a saúde, R\$ 26 bilhões para a educação e R\$ 5 bilhões para Reforma Agrária. Os R\$ 248 bilhões previstos para a dívida no ano que vem representam mais de 6 vezes a arrecadação prevista da CPMF em 2008. Ignorando completamente este fato, o governo prefere cortar gastos sociais ao invés de cortar os gastos com a dívida. Imediatamente após a derrota no Senado, o Presidente Lula e os Ministros da Fazenda e Planejamento declararam à imprensa que o superávit primário não será tocado, em uma nítida intenção de agradar os “mercados”, ou seja, os credores da dívida pública.

Em contrapartida, a saúde não receberá nem os pífios recursos adicionais (R\$ 24 bilhões nos próximos 4 anos) aprovados pela Câmara na recente regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, uma vez que estes recursos estavam condicionados à existência da CPMF. Isso é uma infâmia, porque não faltam recursos

para cobrir os crescentes prejuízos apresentados pelo Banco Central.

O governo também rompeu o acordo de reajuste salarial já negociado com diversas categorias de servidores, e cancelou os concursos públicos que ainda não foram autorizados. Dessa forma, o governo evidenciou a prioridade da destinação orçamentária: o grande capital financeiro, que não perderá um centavo em 2008, mesmo com o fim da CPMF.

O ministro da Fazenda afirmou ainda que está suspensa a ampliação da política industrial. Haverá maior contingenciamento de despesas (ou seja, cortes de gastos para fazer superávit primário), e as estatais - como a Petrobrás, Banco do Brasil e Eletrobrás - serão obrigadas a realizar um maior superávit primário, ou seja, terão de lucrar mais para repassar esses lucros ao governo, garantindo o pagamento da dívida pública. Isto significa que haverá mais arrocho sobre o povo, que já sofre com os altos preços dos combustíveis, energia elétrica e juros e tarifas bancárias. O governo também estuda reduzir o ressarcimento aos Estados e Municípios pelas perdas com a Lei Kandir, que isentou de ICMS os produtos primários destinados à exportação, mesmo por empresas altamente lucrativas, como as do ramo de mineração. Enquanto isso, os estados e municípios sofrem grave crise financeira, decorrente também dos vultosos pagamentos das suas questionáveis dívidas com a União, que por

sua vez utiliza esses pagamentos, em sua totalidade, para pagar a dívida interna federal.

O governo não admite mexer no superávit primário, a fim de preservar o gasto absurdo com o endividamento. Não aceita mexer nas altíssimas taxas de juros, e nem na política monetária e cambial irresponsável do Banco Central, que tem permitido e estimulado a entrada maciça dos especuladores no país, para ganharem rios de dinheiro com a dívida pública brasileira. Em 2006, o governo Lula isentou de Imposto de Renda os ganhos dos investidores estrangeiros com a dívida interna, ao mesmo tempo em que emite títulos sem limite algum, impulsionado pelo ritmo do fluxo de dólares dos estrangeiros. É por causa desta manobra dos especuladores e banqueiros que o Banco Central apresentou prejuízo recorde de R\$ 58,5 bilhões no curto período de janeiro a outubro de 2007, que será integralmente coberto com recursos do Tesouro Nacional, ou seja, recursos do orçamento ou decorrentes da emissão de mais títulos da dívida interna.

O mais grave é que não se vislumbra qualquer contrapartida para a dívida interna, fruto de juros sobre juros, prestando-se a privilegiar os especuladores, o que é um verdadeiro escândalo diante das imensas necessidades sociais do povo brasileiro. Esta dívida é ilegítima, por isso precisa urgentemente ser auditada, conforme prevê a Constituição Federal.

Avança a Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana

A Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), criada em julho de 2007, avança nos trabalhos de identificação das ilegitimidades da dívida equatoriana.

Dia 9 de julho de 2007, o Presidente do Equador, Rafael Correa, assinou o Decreto 472, que cria a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC). Fazem parte desta Comissão representantes do governo Equatoriano e da sociedade civil nacional e internacional, dentre eles a Auditoria Cidadã da Dívida, do Brasil.

O primeiro passo da CAIC foi apontar as principais ilegitimidades da dívida equatoriana, se valendo do trabalho da CEIDEX (Comisión Especial de Investigación de la Deuda Externa), ocorrida em 2006, durante o governo anterior. Analisando-se a evolução desta dívida, notou-se grande semelhança com o processo de endividamento brasileiro, uma vez que a dívida foi uma estratégia de dominação articulada internacionalmente pelos países ricos.

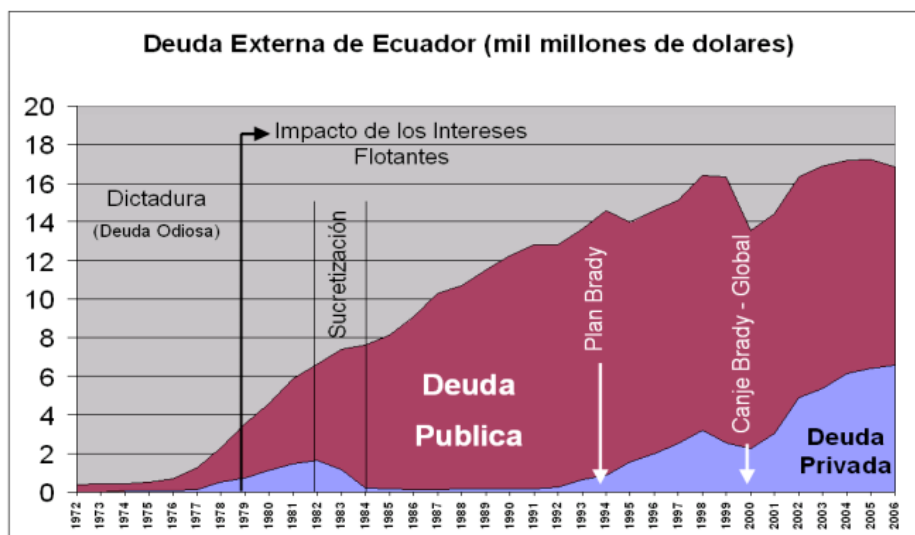
Atualmente, o Equador destina para a dívida uma parcela do orçamento maior do que a soma dos gastos com educação, saúde, desenvolvimento urbano e habitação. Mas de onde vem esta dívida?

Assim como no caso brasileiro, a dívida externa equatoriana começa a explodir nos anos 70, por conta no Primeiro Choque do Petróleo, que aumentou os preços do produto e fez com que os países exportadores de óleo depositassem grande quantidade de dólares nos bancos internacionais. Para darem um destino a este capital, os bancos passaram a oferecer empréstimos a juros baixíssimos, porém flutuantes. Assim como o Brasil, o Equador, governado por ditaduras, entrou nesta armadilha, e depois, com a alta dos juros internacionais – executada unilateralmente pelo governo norte-americano – teve sua dívida multiplicada, como se vê na figura ao lado.

De maneira semelhante ao Brasil, nos anos 80, o governo equatoriano assumiu as dívidas externas contraídas pelo setor privado, em um processo que se denominou “Sucretización”, também indicado na figura abaixo. Neste momento, nota-se uma redução na dívida externa privada (mostrada em azul no gráfico) e, em contrapartida, um aumento na dívida externa pública. Aumento este ilegítimo.

Posteriormente, esta dívida contratual ilegítima - produto de ditaduras, aumentos ilegais de juros, estatização de dívidas privadas, dentre outras ilegitimidades - foi convertida em bônus, através do Plano Brady, concluído em 1994.

Este Plano apenas visou a continuidade dos pagamentos da dívida por parte do Equador, sacrificando o país. Em 2000, estes títulos já estavam sendo comercializados bem abaixo do valor de face no mercado secundário, ou seja, aquele mercado no qual os detentores de títulos podem vendê-los para outros investidores. Isto significa que os próprios investidores já aceitavam as perdas, pois acreditavam que o governo não poderia pagar a dívida. Porém, naquele ano, os bônus Brady foram trocados por “Bônus Global”, pelo valor total, e com taxas de juros maiores, o que se configurou em um grande escândalo nacional.



Fuente: Banco Central de Ecuador. Basado en: Palacios, Hugo Anas (2006). Impacto Económico, Social y Ambiental de la Deuda Soberana del Ecuador y Estrategias de Desendeudamiento. CEIDEX, Quito.

Nos últimos anos, o Equador também experimenta um grande aumento em sua dívida interna, fato este que também ocorre em diversos países, principalmente no Brasil. Com a abertura financeira ocorrida nos anos 90, qualquer investidor estrangeiro pode comprar títulos da “dívida interna” de qualquer país. O processo é o mesmo: o governo contrai empréstimos “internos” para que possa pagar a dívida externa, perpetuando o velho mecanismo de dominação historicamente exercido pelo endividamento externo. Os juros pagos pelos títulos da dívida interna equatoriana também são flutuantes, definidos de acordo com o mercado internacional.

Assim como no Brasil, o Equador também aumentou sua dívida interna para salvar bancos falidos, ao invés de investigar as causas das crises e punir os responsáveis. A partir de 1999, o Equador emitiu bilhões de dólares em títulos para obter recursos necessários ao saneamento de bancos cujos ativos já tinham sido enviados para o exterior por seus antigos donos, até hoje impunes.

Ao mesmo tempo, a dívida bilateral e multilateral contraída pelo Equador também prejudica seriamente o país, tanto pelo volume de pagamentos, mas, principalmente, pelas condicionalidades impostas.

Em suma: os principais alvos da auditoria equatoriana estão identificados. Para organizar os trabalhos, foram formadas comissões de trabalho: Dívida Bilateral, Multilateral, Dívida Interna, Dívida em Bônus (Comercial), além das

comissões Jurídica, Social/Ambiental/Gênero e Econômico-Financeira.

No mês de outubro de 2007 os membros da CAIC tiveram acesso ao primeiro lote de documentos: contratos de dívida comercial e documentos referentes à renegociação de bônus de dívida externa. Foi discutida a formatação de uma planilha para a coleta dos dados dos respectivos contratos e elaborada uma proposta de plano de trabalho a ser executado por grupo de auditores e assistentes a serem contratados para efetuar o levantamento dos dados. Em fevereiro de 2008, houve nova reunião geral da CAIC, para a avaliação dos avanços e a organização das próximas investigações.

Há muito trabalho a ser feito e é fundamental a participação do Brasil nesse processo. Acreditamos que a Auditoria Equatoriana será um grande exemplo para todos os países latino-americanos, e principalmente um fator de mudança na correlação de forças no Brasil, em favor da Auditoria.

Assim, trabalhando pelo Equador, estamos trabalhando também por nosso país e por todos os países do Sul, que destinam grande parte de seus orçamentos ao pagamento de uma dívida ilegítima, ao custo de vidas humanas.

Nosso desejo é que a dívida equatoriana seja rapidamente auditada e anulada, para que os recursos possam ser destinados às necessidades mais urgentes do povo, e para que os outros governos dos países latino-americanos possam seguir este grande exemplo.